

SALVADOR E A RESILIÊNCIA URBANA EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES: MAPEAMENTO E ANÁLISE CONCEITUAL DAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS E DE GESTÃO DE RISCOS

Bruna de Souza Santos, Unifacs, E-mail: bruna1010@hotmail.com; Ana Paula Santos Silveira, Unifacs; Annelie Christinne Odebrecht Brito Travassos, Unifacs; Noemi Hanna Santana Santos, Unifacs; Ana Licks de Almeida Silva, (Doutora), Unifacs

RESUMO

Este trabalho investiga como Salvador vem estruturando sua capacidade de reagir e se adaptar diante dos impactos das mudanças climáticas, em meio a fortes desigualdades socioespaciais e à recorrência de eventos extremos. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, baseia-se em ampla revisão bibliográfica e na análise de documentos oficiais de diferentes esferas governamentais. Foram examinados o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (PMAMC), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e demais instrumentos que orientam políticas voltadas à adaptação da cidade. Os resultados revelam avanços institucionais relevantes, mas também evidenciam entraves na execução e na articulação entre políticas, sobretudo em territórios socialmente vulneráveis. Buscando reafirmar assim que, a consolidação de uma resiliência urbana efetiva depende da integração entre escalas de gestão, do fortalecimento da participação social e da incorporação da justiça climática como princípio orientador do planejamento urbano.

Palavras chave: Resiliência Urbana, Justiça Climática, Mudanças Climáticas.

INTRODUÇÃO

Salvador, capital da Bahia, possui cerca de 2,4 milhões de habitantes e é a terceira cidade mais populosa do país (IBGE, 2022). Apesar do seu valor histórico e cultural, a cidade enfrenta profundas desigualdades socioespaciais, refletidas nas ocupações precárias e irregulares em áreas de risco. Entre 2022 e 2024, a Defesa Civil registrou mais de 1.074 deslizamentos e 274 desabamentos, evidenciando como as más ocupações ampliam os riscos ambientais (Defesa Civil, 2024). Essa combinação de vulnerabilidade social e eventos climáticos recorrentes, compromete a capacidade da cidade reagir e se transformar diante das adversidades, conceito aplicado de resiliência urbana.

Os impactos das mudanças climáticas não se distribuem de forma igual. Grupos economicamente vulneráveis são os mais afetados, expostos a enchentes, escassez hídrica e insegurança alimentar. Nesse aspecto, o princípio da justiça climática torna-se essencial ao pautar a equidade e os direitos humanos frente à crise ambiental. Como resposta institucional, a Prefeitura trouxe a elaboração do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas - PMAMC, o qual prevê 57 ações estratégicas e metas para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa até 2049 (Prefeitura de Salvador, 2021). No entanto, a dimensão dos desafios demonstra que tais medidas ainda são limitadas diante da intensidade dos eventos. Este estudo busca compreender como Salvador vem construindo, ou encontrando

dificuldades para construir, sua resiliência urbana, articulando justiça climática, políticas públicas e transformação socioespacial. Por ser uma pesquisa em desenvolvimento, o conteúdo apresenta resultados iniciais que contribuem para o debate sobre os limites da adaptação e as possibilidades de inovação e aprendizado.

MÉTODOS

A pesquisa foi conduzida sob uma abordagem predominantemente qualitativa e exploratória, focada na análise dos regulamentos que orientam a resiliência urbana em Salvador e no Brasil. O estudo se concentrou na etapa de revisão bibliográfica e pesquisa documental, essencial para cumprir o objetivo de mapeamento de políticas públicas.

Inicialmente, foi realizada a coleta e análise de documentos oficiais nos âmbitos municipal, estadual e federal. O cerne metodológico consistiu na análise sistemática desses planos e documentos. Foram identificados os seguintes dados: o ano de implementação, o órgão responsável e as iniciativas-chave. Com isso, a essa pesquisa permitiu uma análise comparativa para identificar sobreposições, sinergias e contradições entre os diferentes níveis de governança climática.

Paralelamente, foi realizada uma breve análise conceitual baseada na literatura para fundamentar os conceitos de justiça climática, resiliência urbana e vulnerabilidade social, preparando o terreno teórico para a discussão sobre a eficácia dos planos e a desigualdade territorial. A integração dessas informações documentais e conceituais permitirá avaliar a coerência e a potencial eficácia das políticas em enfrentar o cenário de dupla vulnerabilidade de Salvador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O aparato institucional de Salvador para a resiliência urbana é composto por um conjunto de instrumentos que articulam planejamento territorial e ação climática, destacando-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, 2016), a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS, 2016), a Estratégia de Resiliência de Salvador (2019) e o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC, 2020). Este último representa um marco no enfrentamento da emergência climática municipal, ao propor a neutralização gradual das emissões até 2049 e integrar metas de mitigação e adaptação em consonância com o Acordo de Paris (2015).

O PMAMC estabelece diretrizes voltadas à mobilidade de baixa emissão, uso de energias renováveis e soluções urbanas sustentáveis, além de prever ações adaptativas como recuperação de ecossistemas costeiros, ampliação de áreas verdes e drenagem urbana sustentável, isto é, medidas que buscam integrar justiça social e sustentabilidade ambiental. Em nível estadual e federal, o Plano Estadual de Meio Ambiente da Bahia (PEMA, 2024) e o programa AdaptaCidades (2024) reforçam o compromisso institucional com a adaptação climática, oferecendo diretrizes e suporte técnico aos governos locais.

Apesar da solidez técnica desses instrumentos, sua implementação ainda enfrenta

entraves estruturais: falta de integração entre secretarias, limitação orçamentária e participação social restrita, frequentemente reduzida a consultas formais. Além disso, as ações concentram-se em áreas centrais, deixando territórios vulneráveis à margem das políticas de adaptação. Assim, evidencia-se um descompasso entre planejamento e prática: embora os planos projetem uma Salvador resiliente e inclusiva, sua execução ainda reproduz desigualdades territoriais e institucionais, demonstrando que a efetividade da resiliência urbana depende de articulação política, recursos estáveis e participação social efetiva.

CONCLUSÕES

As análises evidenciam que, embora Salvador possua um arcabouço institucional relevante voltado à mitigação e adaptação climática, a efetividade dessas políticas ainda esbarra em limitações estruturais, como a desigualdade socioespacial e a falta de integração entre escalas de governança. O estudo demonstrou que a vulnerabilidade social da população, associada à recorrência de desastres naturais e à pressão sobre as áreas de encosta e zonas costeiras, compromete a capacidade de resposta e de adaptação da cidade diante dos efeitos das mudanças climáticas.

Verificou-se que os planos e programas existentes explanados nesta pesquisa representam avanços importantes na consolidação de uma agenda climática urbana. Contudo, persistem entraves relacionados à efetivação das ações propostas, à continuidade administrativa e, sobretudo, à inclusão das comunidades mais afetadas nos processos de formulação e execução dessas políticas. Nesse sentido, tornar Salvador uma cidade realmente resiliente vai muito além da criação de leis e planos, é preciso compreender que a resiliência urbana não se constrói apenas com a criação de planos e suas regulamentações, mas com o vigor de tais planos e com o fortalecimento de políticas que envolvem a sociedade civil ativamente no processo de planejamento da cidade.

Dessa forma, a potencialização da justiça climática e a redução das desigualdades territoriais constituem condições indispensáveis para que a cidade de Salvador avance rumo à uma resiliência urbana efetiva. Assim, torna-se essencial promover um planejamento integrado e participativo, acompanhado de investimentos contínuos e mecanismos de monitoramento capazes de transformar diretrizes formais em resultados concretos no território.

REFERÊNCIAS

ADAPTACIDADES / ReDUS. **AdaptaCidades**. Disponível em: <https://www.redus.org.br/adaptacidades>. Acesso em: 26 set. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. **Plano Estadual do Meio Ambiente da Bahia – PEMA**. Salvador: SEMA, 2024. 48 p. Disponível em: https://www.ba.gov.br/meioambiente/sites/site-sema/files/2024-06/PEMA_Governo_da_Bahia.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/50242011-d895-47fd->

[b970-e2fc9b02b9f5/content](#) . Acesso em: 26 set. 2025.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. **Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5554> . Acesso em: 22 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Lei no 9.069/2016 de 30/06/2016 – Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/pddu-2016/18-legislacao/65-leis-pddu>. Acesso em: 21 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Lei no 9.148/2016 – LOUOS. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/louos-2016/18-legislacao/62-louos> . Acesso em: 21 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC)**. Salvador, 2020. Disponível em: <https://www.adaptacao.eco.br/biblioteca/plano-de-acao-climatica-pmamc-de-salvador/>. Acesso em: 21 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Rede de Cidades Resilientes: Estratégia de resiliência de Salvador**. Salvador, 2019. Disponível em: https://resilientcitiesnetwork.org/downloadable_resources/Network/Salvador-Resilience-Strategy-Portuguese.pdf . Acesso em: 21 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Relatório Anual da Defesa Civil de Salvador – Operação Chuva 2024**. Salvador: Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador (CODESAL), 2025. Disponível em: https://codesal.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2025/09/RELATORIO_OPERAO_CHUVA_2024-1-1.pdf . Acesso em: 12 nov. 2025.

FOMENTO

Trabalho vinculado ao Programa Pró-Ciência do Ecossistema Ânima na Universidade Salvador campus Tancredo Neves.